

Sumário

Capítulo 1 – Da Prova	1
1.1 A prova: considerações introdutórias.....	1
1.2 Conceito de prova	2
1.3 Objeto da prova	3
1.4 Fonte de prova	5
1.5 Do Sujeito da prova.....	7
1.6 Destinatários da prova	7
1.7 Classificação da prova	7
1.8 Princípios aplicáveis	9
1.8.1 Princípio da comunhão das provas.....	9
1.8.2 Princípio da livre apreciação da prova	10
1.8.3 Princípio da oralidade.....	10
1.8.4 Princípio da imediatidade	12
1.8.5 Princípio da identidade física do juiz	12
1.8.6 Princípio da concentração.....	13
1.8.7 Princípio da autorresponsabilidade das partes	13
1.8.8 Princípio da audiência contraditória	15
1.8.9 Princípio da publicidade.....	15
1.9 Prova emprestada: conceito e requisitos	17
1.10 Prova do direito	18
1.11 O ônus da prova.....	19
1.11.1 Conceito e delimitação do ônus da prova.....	19

1.11.2 Composição do ônus da prova	20
1.11.3 Ônus da prova da acusação	20
1.11.4 Pormenores da acusação: local, hora e data	21
1.11.5 Demonstração da culpa.....	21
1.11.6 Demonstração do dolo específico.....	21
1.11.7 Qualificadora e ônus da prova.....	22
1.11.8 Ônus da prova da defesa	23
1.12 Da prova indiciária	24
1.12.1 Conceito de indício.....	24
1.12.2 Acepções do termo indício.....	25
1.12.3 Denúncia e indícios	26
1.12.4 Prova direta, prova indireta, circunstância e presunção.....	27
1.12.5 A prova indiciária e as medidas cautelares: noções gerais.....	28
1.12.5.1 A prova indiciária e as medidas cautelares.....	29
1.12.5.2 Indícios veementes para a decretação do sequestro de bens	30
1.12.5.3 Indícios e as máximas da experiência	31
1.12.6 Prova indiciária no Tribunal do Júri.....	31
1.12.6.1 A prova indiciária e a pronúncia no Tribunal do Júri.....	32
1.12.6.2 Indícios, inquérito policial e pronúncia.....	32
1.12.7 O valor probatório dos indícios	33
1.13 Da prova progressiva	35
Capítulo 2 — Prova e Verdade Real	41
2.1 A verdade real no processo penal	41
2.2 A verdade real como reconstituição da verdade histórica	43
2.3 A verdade real e a verdade formal no processo penal: revisão doutrinária em torno dos conceitos absolutos	47

2.4 A verdade real no processo penal como valor relativo	49
2.5 A verdade real e os vários discursos justificativos	50
Capítulo 3 – Princípio da Presunção de Inocência e seu Elo com a Prova	53
3.1 A presunção de inocência como regra probatória.....	53
3.2 A presunção de inocência e o ônus da prova	54
3.3 Exigências probatórias quantitativas decorrentes da presunção de inocência	59
3.4 A presunção de inocência como regra de tratamento	63
3.5 <i>Nemo tenetur</i> e livre convencimento do juiz.....	63
Capítulo 4 – Procedimento Probatório	67
4.1 Rito probatório	67
4.2 Possibilidade da prova: sistemas de admissibilidade	67
4.3 Proposição da prova	68
4.4 Admissibilidade da prova	69
4.5 Produção da prova	70
4.6 Suficiência da prova: os <i>standards</i> da prova.....	72
4.7 Valoração e resultado da prova: a avaliação, a certeza, a dúvida e a ignorância	74
Capítulo 5 – Limitações Probatórias Penais e Depoimentos Especiais	77
5.1 Limitação do campo probatório no processo penal.....	77
5.2 Valor do depoimento infantil.....	78
5.3 Depoimento de policiais militares e civis.....	80
5.4 Restrição à liberdade probatória: o estado civil das pessoas.....	81
5.5 Prova da menoridade penal.....	82
5.6 Prova da morte do acusado	83
5.7 Fatos que independem de prova.....	84
5.8 Fatos axiomáticos ou intuitivos	84
5.9 Fatos notórios	85

5.10 Fatos presumidos.....	85
5.11 Fatos inúteis (<i>frustra probatur quod probantum non relevat</i>)	86
5.12. Máximas da experiência	86
5.13 Prova do fato incontroverso.....	87
5.14 Fatos imorais.....	88
Capítulo 6 – Da Prova Ilícita.....	89
6.1 Fundamento constitucional.....	89
6.2 Fundamento infraconstitucional.....	90
6.3 Prova ilícita como prova proibida: acepções e significados	91
6.4 Prova ilícita e prova ilegítima.....	92
6.4.1 Finalidade e razão de ser da proibição da prova	93
6.4.2 Questões de fato e proibição de prova	93
6.4.3 Espécies de proibição de prova	94
6.5 Métodos invasivos para obtenção da prova: as intervenções corporais	95
6.6 Produção da prova como regra geral e a excepcionalidade da prova ilícita.....	97
6.7 Direito subjetivo do réu de ser julgado a partir de prova lícita	98
6.8 Possibilidade de compartilhamento de documentos: a prova emprestada.....	99
6.9 Encontro fortuito de provas	100
6.10 Ilicitude material e formal	102
6.10.1 Conceito e delimitação do tema.....	102
6.10.2 Divisão da ilicitude formal.....	102
6.10.3 A prova ilícita e a transgressão do ordenamento jurídico	103
6.10.4 Furto de material fotográfico	104
6.10.5 Apreensão de livros contábeis em escritório de contabilidade	104

6.11 Provas ilícitas por derivação.....	105
6.11.1 A doutrina dos frutos da árvore envenenada.....	105
6.11.2 Necessidade de liame entre a prova ilícita e a prova ilícita por derivação.....	106
6.11.3 Exclusividade da prova ilícita no contexto probatório	107
6.12 Prova ilícita e <i>habeas corpus</i>	108
6.13 A prova ilícita e a certeza moral do jurado ou íntima convicção.....	109
6.14 Prova ilícita no contexto do inquérito policial.....	110
6.14.1 Flagrante provocado e prova proibida	111
6.14.2 Vícios do inquérito policial e contaminação da ação penal	112
6.14.3 A nulidade por derivação e sua dissociação no inquérito policial....	112
6.14.4 Investigação de detentor de foro por prerrogativa de função por promotor de justiça.....	113
6.14.5 Devassa de mensagens de <i>Whatsapp</i> por policiais sem ordem judicial	114
6.14.6 Quebra de sigilo telemático e de mensagens de correio eletrônico	115
6.14.7 Nulidade da decisão judicial em ação penal por tráfico de drogas sem laudo definitivo	120
6.14.8 Invasão de domicílio em crime permanente e prova ilícita.....	121
6.14.9 A prova ilícita e o reconhecimento de pessoas e coisas.....	122
6.14.10 Reconhecimento fotográfico na fase policial e prova ilícita por derivação.....	124
6.14.11 Mandado de busca e apreensão e sua relação com a prova ilícita...124	
6.14.12 Comunicabilidade de provas no juízo federal e estadual.....	127
6.14.13 Efeitos da prova ilícita e da prova ilícita por derivação	128
6.15 Prova ilícita e privacidade.....	128
6.16 Prova ilícita e o princípio <i>nemo tenetur se detegere</i>	128

6.17	Interceptação telefônica e prova ilícita.....	129
6.17.1	Interceptação telefônica e impossibilidade de analogia.....	129
6.17.2	Autorização judicial para a interceptação telefônica	130
6.17.3	Inadmissibilidade da interceptação telefônica.....	130
6.17.4	Tipos de interceptação telefônica.....	131
6.17.5	Licitude da gravação telefônica	131
6.18	Gravação ambiental enquanto prova ilícita.....	133
6.18.1	Tipos de gravação ambiental.....	133
6.18.2	Licitude da prova para defesa de um bem jurídico.....	136
6.18.3	A gravação da imagem e sua relação com a prova ilícita	138
6.18.3.1	Gravação de imagem como prova.....	138
6.18.3.2	Licitude da filmagem para proteção e defesa de bens jurídicos.....	139
6.18.3.3	Regime de prova aplicado ao fax.....	139
6.19	Quebra do sigilo bancário.....	140
6.19.1	Delimitação do tema.....	140
6.19.2	O sigilo bancário como corolário do direito à intimidade	141
6.19.3	Regulamentação do sigilo bancário	142
6.19.4	Quebra do sigilo como medida excepcional	142
6.19.5	Entidades que podem quebrar o sigilo bancário.....	142
6.19.6	Requisitos formais para a quebra do sigilo bancário.....	144
6.19.7	Possibilidade de quebra do sigilo bancário por CPI estadual.....	145
6.19.8	Procedimento de quebra de sigilo bancário.....	147
6.20	Sigilo das correspondências	148
6.20.1	Conceito e delimitação do tema	148
6.20.2	Controvérsia jurisprudencial e doutrinária.....	148

6.20.3	Possibilidade de quebra do sigilo das correspondências	149
6.21	Prova ilícita e quebra do sigilo de dados.....	152
6.21.1	Fundamento constitucional	152
6.21.2	Inviolabilidade absoluta de dados de computador e “virada” jurisprudencial	153
6.21.3	Dados não cobertos pelo sigilo	155
6.22	A invasão de domicílio e a prova ilícita.....	156
6.23	Prova ilícita e princípio da proporcionalidade: os frutos da árvore envenenada.....	157
6.23.1	Delimitação do tema	158
6.23.2	Teoria da proporcionalidade e atenuação dos efeitos da prova ilícita	161
6.23.3	Ponderação de valores e princípio da proporcionalidade.....	162
6.23.4	Teorias acerca do princípio da proporcionalidade	162
6.23.5	Vedação da prova ilícita: a posição do Supremo Tribunal Federal.....	163
6.23.6	Prova ilícita <i>pro reo</i>	165
6.23.7	Prova ilícita e estado de necessidade.....	167
6.23.8	Prova ilícita que não contaminou as demais.....	167
6.23.9	Utilização da prova ilícita <i>pro societate</i>	169
6.23.10	Prova ilícita e seu desentranhamento dos autos.....	170
6.23.11	Extensão da decisão ao corrêu.....	171
Capítulo 7	– Direito à Prova no Quadro do Contraditório	175
7.1.	O contraditório no contexto da prova	175
7.2	Prova e presença das partes e do juiz	176
7.3	Direito subjetivo público à prova	177
7.4	Produção de prova nos juizados especiais criminais	177
7.5	Indeferimento de prova pelo juiz.....	178

7.6 O momento da proposição da prova	179
7.6.1 Momento da proposição da prova testemunhal	179
7.6.2 Momento da proposição da prova documental.....	180
7.6.3 Momento da proposição da prova pericial.....	180
7.7 Produção antecipada de prova e a Súmula 455 do STJ	181
7.8 Faculdade probatória do juiz	183
7.9 Produção de prova <i>ex officio</i> pelo juiz	184
Capítulo 8 – Sistemas de Avaliação da Prova.....	185
8.1 Noções introdutórias	185
8.2 O sistema do livre convencimento: o sistema adotado no Brasil	186
8.3 Não vinculação dos critérios valorativos pelo juiz.....	187
8.4 Relatividade da prova	188
8.5 Livre convencimento e dosimetria da pena	188
8.6 Livre convencimento e laudo pericial	190
8.7 Liberdade de convencimento das diversas instâncias.....	191
8.8 Livre convicção condicionada do juiz.....	191
8.9 Livre convicção do juiz vs. íntima convicção dos jurados	192
Capítulo 9 – Da Cadeia de Custódia.....	195
9.1 Introdução à cadeia de custódia.....	195
9.2 Da central de custódia.....	197
9.3 Elementos da cadeia de custódia.....	198
9.3.1 Do início da cadeia de custódia	199
9.3.2 Das etapas da cadeia de custódia.....	204
9.3.2.1 Do reconhecimento.....	205
9.3.2.2 Do isolamento	205
9.3.2.3 Da fixação.....	205

9.3.2.4 Da coleta.....	206
9.3.2.5 Do acondicionamento.....	207
9.3.2.6 Do transporte.....	208
9.3.2.7 Do recebimento.....	209
9.3.2.8 Do processamento.....	210
9.3.2.9 Do armazenamento.....	211
9.3.2.10. Do descarte.....	212
9.4 Da coleta dos vestígios.....	212
9.5 Da quebra da cadeia de custódia.....	214
Capítulo 10 – Do Exame de Corpo de Delito	217
10.1 Conceito de corpo de delito.....	217
10.2 Corpo de delito e exame de corpo de delito.....	217
10.3 Exame de corpo de delito e nulidade processual	218
10.4 Indispensabilidade do exame direto	218
10.5 Exame de corpo indireto e testemunhas	219
10.6 Indispensabilidade do exame indireto.....	220
10.7 Exame de corpo de delito nos crimes de violência doméstica.....	221
10.8 Exame necroscópico ou cadavérico.....	222
10.8.1 Exame necroscópico.....	223
10.8.2 Necessidade do exame interno	223
10.8.3 Exame necroscópico e prova indireta.....	224
10.8.4 Exumação do cadáver	224
10.8.5 Dúvidas acerca da identidade do cadáver	225
10.9 Exame de lesões corporais.....	225
10.9.1 Exame preliminar nas lesões corporais	226
10.9.2 Momento do exame preliminar.....	226

10.9.3 Exame complementar.....	227
10.9.4 Exame de corpo de delito nos juizados especiais criminais	228
10.9.5 Súmula nº 608 do Supremo Tribunal Federal e lesões leves	228
10.9.6 Apresentação tardia do exame complementar e desclassificação do crime.....	229
10.9.7 Lesão corporal e deformidade permanente.....	229
10.9.8 Lesão corporal e perigo de vida	229
10.9.9 Exame de corpo de delito e prova testemunhal.....	230
Capítulo 11 – Da Prova Pericial.....	231
11.1 Conceito de perícia.....	231
11.2 Infrações que deixam vestígios e infrações que não deixam vestígios	231
11.3 Dos peritos	232
11.3.1 Peritos oficiais e não oficiais.....	232
11.3.2 Número legal de peritos oficiais e não oficiais.....	232
11.3.3 Quesitos e assistentes técnicos	233
11.3.4 Prazo para realização das perícias.....	233
11.3.5 Legitimidade para realização da perícia.....	234
11.3.6 Deferimento ou indeferimento das perícias.....	234
11.4 Intervenção das partes.....	235
11.5 Realização das perícias.....	235
11.5.1 Perícia por precatória	235
11.5.2 Perícia e contraditório.....	236
11.5.3 Perícia no inquérito policial	236
11.5.4 Partes ou seções da perícia	236
11.5.5 Perícia na fase policial.....	237
11.5.6 Divergência e omissão dos quesitos	237

11.5.7	Apreciação dos laudos periciais	238
11.6	Outras perícias.....	238
11.6.1	Exames laboratoriais: possibilidade	239
11.6.2	Furto qualificado	239
11.6.2.1	Furto qualificado mediante arrombamento.....	239
11.6.2.2	Furto qualificado pelo uso de chave	240
11.6.2.3	Possibilidade de furto qualificado-privilegiado	240
11.6.3	Avaliação nos crimes contra o patrimônio: objetivo	241
11.6.4	Perícia no caso de incêndio	241
11.6.5	Reconhecimento de escrito	242
11.6.5.1	Perícia nos crimes de falsidade documental.....	242
11.6.5.2	Procedimento para realização do exame caligráfico	243
11.6.5.3	Realização do exame por precatória.....	243
11.6.5.4	Exame grafotécnico e presunção de inocência	244
11.6.6	Perícia nos instrumentos empregados	244
11.6.6.1	Finalidade da perícia.....	244
11.6.6.2	Perícia em arma de fogo.....	245
11.6.6.3	Embriaguez ao volante e exame de bafômetro	245
Capítulo 12	- Do Interrogatório do Acusado.....	247
12.1	Conceito e natureza jurídica	247
12.2	Interrogatório e presunção de inocência	247
12.3	Direito subjetivo de ser ouvido por um juiz ou tribunal	252
12.4	O interrogatório como meio de defesa.....	252
12.5	Momento e necessidade da realização do interrogatório.....	253
12.5.1	Necessidade do interrogatório	253
12.5.2	Momento do interrogatório	254

12.5.3 Interrogatório e defesa do réu.....	254
12.5.4 Interrogatório na legislação eleitoral	255
12.5.5 Possibilidade de novo interrogatório.....	255
12.5.6 Obrigatoriedade do interrogatório.....	256
12.6 O interrogatório <i>on line</i> ou por videoconferência.....	256
12.6.1 Controvérsia e pacificação do tema	257
12.6.2 Positivção do interrogatório por videoconferência e requisitos necessários.....	258
12.6.3 Interrogatório por videoconferência e normas estaduais.....	259
12.6.4 Aplicação no tempo do interrogatório virtual	259
12.7 O procedimento do interrogatório no Direito brasileiro	260
12.7.1 Direito de entrevista do acusado	260
12.7.2 Qualificação do acusado	261
12.7.3 Primeira parte do interrogatório e os aspectos subjetivos da vida do réu	261
12.7.4 Segunda parte do interrogatório e o mérito do processo.....	261
12.7.5 Intervenção das partes no interrogatório	262
12.7.6 Constituição de advogado no interrogatório	263
12.7.7 Formalidades do interrogatório.....	264
12.7.8 Inobservância das formalidades do interrogatório.....	264
12.7.9 Interrogatório em casos especiais.....	265
12.8 O silêncio no interrogatório no Direito brasileiro	265
12.8.1 A advertência do direito ao silêncio.....	265
12.8.1.1 O direito ao silêncio como parte do devido processo legal.....	266
12.8.1.2 Consequências da ausência de advertência do direito ao silêncio	266
12.8.2 O direito ao silêncio no interrogatório.....	267

12.8.2.1 O direito ao silêncio e os postulados democráticos	268
12.8.2.2 Direito do acusado de silenciar ou confessar.....	268
12.8.2.3 Abrangência do silêncio constitucional.....	269
12.8.2.4 Direito ao silêncio e Comissões Parlamentares de Inquérito.....	269
12.8.2.5 Direito ao silêncio e autoincriminação.....	273
12.8.2.6 Interrogatório sub-reptício.....	273
12.8.3 Direito ao silêncio do corréu.....	274
12.8.3.1 Litisconsórcio ativo e passivo no processo penal	274
12.8.3.2 Chamada de corréu no processo penal.....	275
12.8.3.3 Chamada de corréu e reperguntas aos corréus	275
Capítulo 13 – Da Confissão do Réu no Processo Penal.....	277
13.1 Conceito e delimitação da confissão no processo penal.....	277
13.2 Abrangência da confissão	277
13.3 Confissão como atenuante no processo penal	278
13.4 Chamada de corréus ou delação de corréu	279
13.5 Espécies de confissão	279
13.6 Pressupostos da confissão judicial.....	280
13.7 Valor probatório da confissão	280
13.7.1 Fatores que podem levar à falsa confissão	281
13.7.2 Requisitos intrínsecos e extrínsecos da confissão	281
13.7.3 Valor probatório da confissão	281
13.7.4 Interrogatório e fonte de prova	282
Capítulo 14 – Do Ofendido	283
14.1 Conceito e amplitude da pessoa do ofendido.....	283
14.2 A valorização da vítima no processo penal.....	283

14.3 Valor probatório da palavra da vítima.....	284
14.3.1 Aferição da palavra da vítima.....	285
14.3.2 Possibilidade de os parentes do acusado cometerem falso testemunho.....	286
14.3.3 Condução coercitiva da testemunha.....	286
14.3.4 Palavra da vítima como fator de condenação.....	287
14.3.5 Posição da vítima no processo penal	288
Capítulo 15 – Das Testemunhas.....	289
15.1 Conceito de testemunha.....	289
15.2 Características da prova testemunhal.....	289
15.3 Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas	290
15.4 Classificação ou espécies de testemunhas	291
15.5 Os deveres da testemunha	291
15.5.1 Dever de comparecimento à audiência.....	292
15.5.2 Dever de identificação verdadeira	292
15.5.3 Dever de prestar depoimento verdadeiro.....	293
15.5.4 Crime de falso testemunho: o problema do início da ação penal..	293
15.6 Das imunidades em relação ao dever de testemunhar	294
15.6.1 Imunidades processuais perante o dever de testemunhar	295
15.6.2 Sigilo profissional e prova testemunhal.....	295
15.6.3 Imunidades dos parlamentares e jornalistas	295
15.6.4 Imunidade relativa dos advogados.....	296
15.6.5 Imunidade dos psicólogos	296
15.6.6 Perda da imunidade processual para depor.....	297
15.7 Procedimento na inquirição das testemunhas	297
15.7.1 Incomunicabilidade das testemunhas.....	298

15.7.2 Compromisso de dizer a verdade	298
15.7.3 Qualificação da testemunha	298
15.7.4 Contradita da testemunha	299
15.7.5 Diferenças entre a arguição de defeito e a contradita	300
15.7.6 Testemunha que não conhece a língua nacional	300
15.7.7 Depoimento oral das testemunhas e suas exceções	300
15.7.8 Sistema presidencialista e sistema <i>cross examination</i>	301
15.7.9 Inquirição das testemunhas de acusação e de defesa.....	302
15.7.10 Valor probatório do depoimento das testemunhas	302
15.7.11 Redução a termo dos depoimentos	303
15.7.12 Depoimento <i>ad perpetuam rei memoriam</i>	303
15.7.13 Substituição das testemunhas.....	303
15.7.14 Direito subjetivo da parte de desistir ou arrolar testemunhas.....	304
15.7.15 Ordem da ouvida das testemunhas	305
15.7.16 Número de testemunhas que podem ser arroladas	306
15.8 Lugar do depoimento e ouvida de testemunhas por precatória.....	306
15.8.1 Ouvida dos agentes políticos.....	307
15.8.2 Ouvida da testemunha por precatória.....	307
Capítulo 16 – Do Reconhecimento de Pessoas e Coisas.....	309
16.1 Conceito de reconhecimento de pessoas e coisas	309
16.2 Procedimento de reconhecimento de pessoas e coisas.....	309
16.3 Reconhecimento de pessoas e coisas feito perante o juiz em audiência	309
16.4 Procedimento de reconhecimento de pessoas e coisas em juízo.....	310
16.5 Reconhecimento de coisas.....	311
16.5.1 Objetos que podem ser reconhecidos	311

16.5.2 Reconhecimento de coisas e medidas coativas.....	312
16.5.3 Valor probatório do retrato falado	312
16.5.4 Reconhecimento fotográfico e fonográfico	312
Capítulo 17 – Da Acareação	315
17.1 Conceito de acareação.....	315
17.2 Natureza jurídica da acareação	316
17.3 Procedimento da acareação	317
Capítulo 18 – Da Prova Documental.....	319
18.1 Conceito de documento	319
18.2 Espécies de documentos.....	319
18.3 Requisitos para autenticidade dos documentos.....	320
18.4 Atipicidade da falsidade documental para obtenção da gratuidade processual.....	321
18.5 Produção da prova documental	322
18.5.1 Momento da produção da prova documental	322
18.5.2 Juntada <i>ex officio</i> por determinação judicial	322
18.5.3 Juntada de documentos pelas partes e suas exceções	323
18.5.4 Juntada de documento e contraditório.....	323
18.6 Tradução de documentos estrangeiros e incidente de restituição ...	324
18.6.1 Obrigatoriedade da tradução dos documentos estrangeiros...	324
18.6.2 Restituição dos documentos originais.....	325
Capítulo 19 – Da Busca e da Apreensão	327
19.1 Conceito de busca e apreensão	327
19.2 Momento da busca e da apreensão	327
19.3 Necessidade de mandado judicial para a busca e apreensão	327
19.4 Mandado de busca e apreensão e prevenção do juiz.....	328

19.5 Finalidade da busca e apreensão	329
19.6 A busca domiciliar	329
19.6.1 Sentido da palavra domicílio.....	329
19.6.2 Conceito normativo de casa.....	330
19.6.3 Busca domiciliar: condições de admissibilidade.....	330
19.6.4 Executores do mandado.....	331
19.6.5 Inobservância das formalidades do mandado de busca e apreensão.....	332
19.7 A busca pessoal.....	332
19.7.1 Busca pessoal: possibilidades e limites.....	332
19.7.2 Meios da busca pessoal.....	333
19.7.3 Busca em mulher.....	333
19.7.4 Busca pessoal e ordem judicial.....	334
19.7.5 Requisitos do mandado de busca e apreensão	335
19.8 Procedimento na busca e apreensão.....	335
19.8.1 Executores do mandado.....	335
19.8.2 Coisas insusceptíveis de serem apreendidas	335
19.8.3 Lavratura do auto circunstanciado	336
19.8.4 Busca e apreensão em escritório de advogado	336
19.9 A busca e apreensão em outra jurisdição	337
19.9.1 Formalidades da busca em outra unidade da federação	338
19.9.2 Apresentação dos executores à autoridade local.....	338
19.9.3 Dúvidas sobre a legalidade do ato	338
Capítulo 20 – Dos Sujeitos Processuais	339
20.1 Introdução.....	339
20.1.1 Conceito e delimitação do tema.....	339
20.1.2 Sujeitos secundários do processo	339

20.1.3 Terceiros processuais.....	340
20.1.4 Terceiros não interessados.....	340
20.1.5 <i>Amicus curiae</i> ou amigo da causa	340
20.1.6 Capacidade processual.....	340
20.1.7 Capacidade postulatória	341
20.2 O juiz como sujeito processual	341
20.2.1 O juiz imparcial é o juiz natural.....	342
20.2.2 A imparcialidade como requisito de independência.....	342
20.2.3 Requisitos pessoais do magistrado para o exercício do cargo.....	342
20.2.4 Suspeição e os impedimentos do magistrado: a taxatividade do elenco	343
20.2.5 A capacidade objetiva do juiz	344
20.2.6 Imparcialidade, neutralidade e independência do juiz.....	345
20.3 Funções e poderes do juiz.....	345
20.3.1 Funções do juiz no processo penal.....	346
20.3.2 Poderes do juiz no processo penal	346
20.3.3 Poderes disciplinares do juiz	347
20.3.4 Poderes relativos à economia processual	347
20.3.5 Poderes de nomeação do juiz.....	347
20.3.6 Poderes instrutórios do juiz.....	347
20.3.7 Funções anômalas do magistrado.....	348
20.3.8 Impulso processual pelos servidores da justiça	348
20.3.9 Concretização do princípio do impulso oficial	348
20.3.10 Distinção entre as diversas espécies de comunicação	349
20.3.11 Ausência de intimação e sanção processual	349
20.3.12 Comunicação processual e processo eletrônico.....	349

20.4 As garantias dos magistrados	350
20.4.1 Vitaliciedade do juiz.....	350
20.4.2 Irredutibilidade de vencimentos	351
20.4.3 Acumulação de cargos pelo juiz.....	352
20.4.4 Inamovibilidade do juiz	353
20.5 O Ministério Público.....	353
20.5.1 Função constitucional do Ministério Público	354
20.5.2 Ingresso na carreira	354
20.5.3 Natureza jurídica e origem do Ministério Público.....	355
20.5.4 Os princípios regedores da instituição	356
20.5.4.1 Princípio da unidade	357
20.5.4.2 Princípio da indivisibilidade	357
20.5.4.3 Princípio da independência funcional.....	358
20.6 Natureza das funções	359
20.6.1 As funções exercidas pelo Ministério Público no processo penal....	360
20.6.2 Formação da opinio delicti	361
20.6.3 Adoção judicial do parecer do MP como razões de decidir....	363
20.6.4 Capacidade postulatória.....	363
20.6.5 Outras funções exercidas pelo MP	364
20.6.6 Poderes processuais do MP.....	365
20.7 O princípio do promotor natural: reconhecimento do postulado...	365
20.8 Garantias e vedações do Ministério Público	366
20.8.1 Garantias do Ministério Público.....	367
20.8.2 Inamovibilidade dos membros do Ministério Público	368
20.8.3 Vedações do Ministério Público	368
20.9 O acusado e seu defensor.....	368

20.9.1	Conceito de acusado.....	369
20.9.2	Imunidades processuais e responsabilidade da pessoa jurídica.....	370
20.9.3	O defensor constituído	371
20.9.3.1	Indisponibilidade da defesa	371
20.9.3.2	Direito de acesso aos autos do inquérito policial.....	372
20.9.3.3	Limites da acusação e direito de defesa	373
20.9.3.4	Divisão da defesa: autodefesa e defesa técnica.....	373
20.9.3.5	Autodefesa no processo penal	375
20.9.3.6	Defesa técnica ou material.....	376
20.9.3.7	Defesa direta e indireta.....	378
20.9.3.8	Ampla defesa e nulidade	378
20.9.3.9	Defesa nos procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	379
20.9.3.10	Intimação do advogado	379
20.9.4	A defensoria pública.....	380
20.9.4.1	Função da defensoria pública	380
20.9.4.2	Defensoria Pública e democracia.....	381
20.9.4.3	Defensoria Pública enquanto instituição permanente	381
20.9.4.4	A representação judicial do Estado.....	382
20.9.5	O defensor dativo.....	383
20.9.5.1	Conceito de defensor dativo	383
20.9.5.2	Constituição de advogado e nomeação de defensor dativo.....	384
20.9.5.3	Defensoria dativa e <i>munus</i> público	384
20.9.5.4	Intimação pessoal e defensor dativo.....	384
20.10	O assistente de acusação	385
20.10.1	Conceito de assistente de acusação	385

20.10.2 Natureza jurídica do assistente de acusação	386
20.10.3 Cabimento de assistência.....	386
20.10.4 Momento da admissão do assistente.....	386
20.10.5 Recurso da decisão que decide acerca do assistente de acusação	387
20.10.6 Intimação do assistente de acusação.....	387
20.10.7 Poderes do assistente de acusação	388
20.10.7.1 Rol taxativo dos poderes do assistente de acusação.....	389
20.10.7.2 Possibilidade para recorrer e arrazoar recursos do Ministério Público.....	389
20.10.7.3 Contagem do prazo do assistente de acusação	390
20.10.7.4 Vedação recursal do assistente de acusação.....	391
20.11 Os funcionários da Justiça	391
20.11.1 Conceito de funcionário público	391
20.11.2 Atribuições do funcionário público	392
20.12 Os peritos e intérpretes: auxiliares eventuais da justiça.....	392
20.12.1 Conceito de perito	393
20.12.2 Realização das perícias	393
20.13 Deveres e impedimentos	393
20.13.1 Deveres dos peritos.....	394
20.13.2 Impedimentos dos peritos.....	394
20.13.3 Função do tradutor.....	395
20.13.4 Função do intérprete	396
Referências.....	397